



# Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Riachão das Neves

1

Quarta-feira • 17 de Julho de 2019 • Ano X • Nº 1906

Esta edição encontra-se no site: [www.riachaodasneves.ba.io.org.br](http://www.riachaodasneves.ba.io.org.br) em servidor certificado ICP-BRASIL

## Prefeitura Municipal de Riachão das Neves publica:

- **Lei Ordinária Nº 682 / 2019** - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.
- **Lei Ordinária Nº 683 / 2019, de 16 de julho de 2019** - Autoriza o Poder Executivo Municipal, proceder, ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Riachão das Neves, Estado da Bahia para o exercício financeiro de 2019, a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 465.000,00 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), na forma que indica e dá outras providências.
- **Lei Ordinária Nº 684/2019, de 16 de julho de 2019** - Denomina Avenida Eduardo Antônio da Cunha a Avenida que se inicia na Rua que vai para o Ginásio Municipal, onde também finda a Avenida Santos Dumont, segundo em direção ao Parque de Vaquejada Antônio Torres Borges, homenageando o falecido munícipe.



**Se tá na Imprensa Oficial,  
o povo fica sabendo.**

Aqui se exercita o princípio da autonomia.  
Nessa gestão a transparência faz parte do dia-a-dia.  
Por isso essa prefeitura adotou a Imprensa Oficial.

**Imprensa Oficial**  
a publicidade legal  
levada a sério

**Leis**

---



**Prefeitura Municipal de  
Riachão das Neves  
Estado da Bahia**

**LEI ORDINÁRIA N.682/2019  
DE 16 DE JULHO DE 2019**



**LEI DE DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS 2020**



**ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**LEI ORDINÁRIA Nº 682 / 2019**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES, DO ESTADO DA BAHIA,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Capítulo I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Riachão das Neves para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - as disposições das alterações na legislação tributária;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VII - as disposições gerais.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**Capítulo II**  
**DAS PRIORIDADES E METAS**

**Art. 2º** As ações e metas prioritárias da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2020, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as de funcionamento dos órgãos, fundos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, são as especificadas no ANEXO I – PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO que integra esta Lei, as quais devem guardar consonância com as diretrizes estratégicas e Programas estabelecidos no PPA-Plano Plurianual 2018- 2021, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2020, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**Parágrafo Único.** Na elaboração e durante a execução do orçamento do exercício financeiro de 2020, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas no anexo de que trata o *caput*, aumentando e ou diminuindo, incluindo e ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

**Art. 3º** No estabelecimento das ações que serão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2020 a Administração Municipal observará as seguintes diretrizes gerais:

- I - valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;
- II - austeridade na utilização dos recursos públicos;
- III - fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para as áreas sociais básicas, infraestrutura, desenvolvimento econômico, meio ambiente e regularização fundiária;
- IV - empreender iniciativas e ações sociais, econômicas, educacionais e culturais;
- V - priorização para os projetos de educação, proteção para criança e adolescente, saúde e saneamento básico;



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

VI - preservação do interesse público e defesa de seu patrimônio, inclusive ambiental;

VII - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal, através da cobrança dos tributos que sejam de sua competência tributária, bem como o estabelecimento de sistemas adequados de fiscalização, arrecadação, controle e cobrança desses tributos e da Dívida Ativa;

VIII - modernização e ampliação da infraestrutura, identificação da capacidade produtiva do município, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, utilizando parcerias com outras esferas de governo, bem como a iniciativa privada.

**Art. 4º** As prioridades e metas de que trata este Capítulo terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício financeiro de 2020, não se constituindo, todavia, em limites à programação das despesas.

**Capítulo III**  
**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 5º** Para efeito desta Lei entende-se por:

I - função, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II - subfunção, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV - atividade, o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V - projeto, o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

VI - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII - categoria de programação, a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais;

VIII - órgão, secretaria ou entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX - transposição, o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

X - remanejamento, a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

XI - transferência, o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII - reserva de contingência, a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade Orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive abertura de créditos adicionais;

XIII - passivos contingentes, questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionará impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV - créditos adicionais, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV - crédito adicional suplementar, as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

XVI - crédito adicional especial, as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII - crédito adicional extraordinário, as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII - unidade orçamentária consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX - unidade gestora, Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX - Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária, gerência e controle;

XXI - alteração do Detalhamento da Despesa, a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade;

XXII - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pela Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXIII - provisão, ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pela Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXIV - descentralização interna é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão, secretaria ou órgão diretamente subordinado a Prefeita ou ao Presidente da Câmara, ou de uma mesma entidade, autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente;

XXV - descentralização externa é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades;

XVI - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros;

XVII - conveniente, o órgão ou a entidade de administração pública direta ou indireta com os quais a administração pública municipal pactua a transferência de recursos financeiros;

XVIII - execução física, a realização da obra, o fornecimento do material ou bem ou a prestação do serviço;

**Art. 6º** A Lei Orçamentária discriminará a despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por órgão, unidade orçamentária, funções e subfunções de governo, programas, projetos e atividades, com suas respectivas dotações por categorias econômicas, grupo de natureza de despesa (GND) e modalidade de aplicação.

**Art. 7º** Na execução orçamentária a classificação da despesa, segundo sua natureza, observará a estrutura constante da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, compondo-se de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

**§ 1º** As categorias econômicas são: Despesas Correntes e Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

**§ 2º** Os grupos de natureza de despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesa com iguais características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:





**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

- I - Pessoal e Encargos Sociais – 1;
- II - Juros e Encargos da Dívida – 2;
- III - Outras Despesas Correntes – 3;
- IV - Investimentos – 4;
- V - Inversões Financeiras – 5;
- VI - Amortização da Dívida – 6.

**§ 3º** A Reserva de Contingência, prevista nesta Lei, será identificada pelo dígito “9”, no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

**§ 4º** A modalidade de aplicação constitui-se em informação gerencial com a finalidade de indicar se os recursos orçamentários serão aplicados diretamente pela Administração Pública Municipal ou, mediante transferência, por instituições privadas sem fins lucrativos ou por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos e entidades.

**§ 5º** A especificação da modalidade de que trata o parágrafo anterior observará as disposições estabelecidas na Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações.

**§ 6º** As modalidades de aplicação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa na modalidade prevista inicialmente.

**§ 7º** O elemento de despesa tem por finalidade identificar o objeto do gasto, mediante o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins.

**§ 8º** Para os fins de registro, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira da despesa pública, inclusive apuração de custos, é facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**§ 9º** As fontes de recursos de que trata o *caput*, serão apresentadas em conformidade com os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e Resoluções do TCM-BA.

**Art. 8º** A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, além da mensagem e do respectivo texto do projeto de lei, será composta de:

- I - quadros orçamentários consolidados;
- II - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III - demonstrativos e informações complementares.

**§ 1º** O anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social será composto de quadros ou demonstrativos, com dados consolidados e isolados, inclusive dos referenciados no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observadas as alterações posteriores, conforme a seguir discriminados:

I - a receita e despesa, segundo as categorias econômicas, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo 01 definido pela Lei nº 4.320/64;

II - a receita, por categoria econômica, fonte de recursos e outros desdobramentos pertinentes, na forma do Anexo 02 definido pela Lei Federal nº 4.320/64;

III - da despesa, segundo as classificações institucional, funcional, por programa e por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, que demonstra o Programa de Trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

**§ 2º** Os demonstrativos e as informações complementares referidas no inciso III, do *caput* deste artigo compreenderão os seguintes quadros:

I - demonstrativo da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212, da Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 14/96 e nº 53/06;

II - demonstrativo da programação referente ações e serviços públicos de saúde, evidenciando o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000 e Lei Complementar nº 141/2012;



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

III - demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

IV - as tabelas explicativas de que trata o artigo 22, inciso III, da Lei 4.320/64.

**Art. 9º** A receita será detalhada, na proposta e na Lei Orçamentária Anual, por sua natureza e origens, conforme classificação estabelecida nos normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normas complementares pertinentes.

**Art. 10** A receita municipal será constituída da seguinte forma:

I - dos tributos de sua competência;

II - das transferências constitucionais;

III - das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;

IV - dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;

V - das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI - da cobrança da dívida ativa;

VII - das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;

VIII - dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;

IX - dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente;

X - de outras rendas.

**Art. 11** Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional, funcional e da natureza da despesa, da estrutura programática discriminada em programa e projeto, atividade ou operação



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

especial, de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos e das metas governamentais correspondentes.

**Art. 12** O Orçamento Analítico, também denominado de Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, que contém a discriminação, por elemento de despesa e fonte de recursos, dos projetos, atividades e operações especiais integrantes dos Programas de Trabalho aprovados na Lei Orçamentária, poderá ser alterado durante o exercício, observados os limites financeiros de cada grupo de despesa, assim como o comportamento da arrecadação da receita por fonte de recursos.

**Art. 13** A Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas e despesas pelos seus valores brutos, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

**§ 1º** Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

**§ 2º** Os Fundos e Entidades Municipais legalmente constituídos, integrarão os orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em unidades orçamentárias específicas, de modo a evidenciar o princípio constitucional de sua integração à Lei Orçamentária Anual.

**Art. 14** Os créditos Orçamentários consignados ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos.

**§ 1º** A descentralização será processada mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pela Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, na forma definida nesta Lei, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão e unidade de origem.

**§ 2º** As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

**§ 3º** Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete à administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária Anual



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 4º O Órgão ou unidade orçamentária e gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, da Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

§ 5º A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:

I - descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrantes de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade diretamente subordinado a Prefeita ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

II - descentralização de crédito externo é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

§ 6º A unidade recebedora do crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.

**Capítulo IV**  
**DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS**  
**ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES**

**Seção I**  
**DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 15** Na elaboração, aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício financeiro de 2020, o Município buscará a obtenção dos resultados previstos nos anexos de Metas Fiscais estabelecidas nesta Lei.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**Art. 16** A proposta orçamentária terá seus valores a preços vigentes no mês de julho de 2019.

**Art. 17** A estimativa da receita do Município para a elaboração da proposta orçamentária será realizada pelo órgão competente e considerará o disposto no art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 18** A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão ou criação de novas despesas e a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

**Art. 19** Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais somente incluirá novos projetos se:

- I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II - houver viabilidade técnica e econômica;
- III - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa;
- IV - ocorrer transferências voluntárias da União ou do Estado.

**Parágrafo Único.** Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho do exercício em curso, ultrapassem 30% (trinta por cento) do seu custo total estimado.

**Art. 20** As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem como as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

**Art. 21** Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei autorizativa e observadas às vedações e restrições previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 22** O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 15 de agosto de 2019, ao Poder Executivo, a respectiva proposta de orçamento, para efeito de consolidação



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

com a proposta de orçamento do Município, atendidos os princípios constitucionais e a Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

**§ 1º** Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

I - o estabelecido na Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 58/2009;

II - o disposto no Parecer Normativo nº 012/06, de 26 de abril de 2006, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia;

III - os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

**§ 2º** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais estabelecidos na legislação vigente, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

**§ 3º** Para fins do disposto no parágrafo anterior tomar-se-á por referência o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada o até o mês de junho projetado até dezembro de 2019.

**Art. 23** Os órgãos da administração direta e seus fundos deverão entregar suas respectivas propostas Orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até o dia 15 de agosto, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 24** O órgão responsável pelo setor jurídico encaminhará, ao órgão encarregado da elaboração do orçamento, até 01 de julho de 2019, a relação dos débitos atualizados e constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2020 conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 30/2000, discriminada por órgão da administração direta, autarquias, fundações e fundos e por grupos de despesa, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

II - número e tipo do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - data da autuação do precatório;

V - nome do beneficiário;

VI - valor a ser pago; e,

VII - data do trânsito em julgado.

**Art. 25** Poderão ser incluídas na Lei Orçamentária Anual dotações para custeio de despesas de outros entes da Federação desde que envolvam situações claras de atendimento a interesses locais, atendidos os dispositivos constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o estabelecido no art. 51 desta Lei.

**Art. 26** É autorizada a inclusão de dotações a título de subvenções, contribuições ou auxílios na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos e que preencha uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e outras áreas de interesse público;

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no caso de prestação de assistência social, e no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no caso de entidades educacionais;

III - sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - sejam qualificadas como organizações sociais.

**§ 1º** - As entidades beneficiadas com recursos de subvenções e auxílios, submeter-se-ão a fiscalização do Poder concedente, com a finalidade de verificar a correta aplicação dos recursos bem como o cumprimento das metas e objetivos acordados.





**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**§ 2º** Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e a exigência do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 27** A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, deverá ser autorizada por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

**Art. 28** A Lei Orçamentária conterá dotação global denominada “Reserva de Contingência”, em montante não superior a 1,5% (um e meio por cento) da sua receita corrente líquida, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo Único.** Os recursos da Reserva de Contingência, destinados aos riscos fiscais, caso não se concretizem até o dia 31 de outubro de 2020, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com insuficiência de saldo.

**Art. 29** O Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para exercício financeiro de 2020, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

**§ 1º** Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I - mediante audiências públicas, realizadas na Sede e ou nos Distritos, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - pela seleção conjunta através do disposto no inciso anterior, dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício;

III - por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

**§ 2º** Nas audiências públicas serão adotadas formas de comunicação, acessíveis à comunidade, como meio de garantir a participação social democraticamente.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**Art. 30** Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos; e

b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

**§ 1º** As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

**§ 2º** A correção de erros ou omissões será justificada detalhadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

**Art. 31** Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos adicionais suplementares ou especiais.

**Parágrafo Único.** No caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**Art. 32** O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 33** Sancionada ou promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

**§ 1º** As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, e Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

**§ 2º** Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, os projetos e atividades, consignados a cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos;

**§ 3º** Os QDDs serão aprovados, por decreto, no âmbito do Poder Executivo, pela Prefeita Municipal, e, no Poder Legislativo, por ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

**§ 4º** Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

**§ 5º** Os QDDs poderão ser alterado, no caso da falta de um elemento de despesa específica dentro de uma unidade orçamentária, criando e inserido um novo elemento de despesa observando a mesma categoria ou grupo de despesa, obedecendo a mesma fonte de recurso, em conformidade com os princípios do parágrafo anterior.

**Seção II**

**DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Art. 34** O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

**Parágrafo Único.** A proposta do orçamento fiscal incluirá os recursos necessários à aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e das Emendas Constitucionais nº 14/96 e 53/06.

**Art. 35** O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes e órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, vinculadas as funções de previdência, assistência social e saúde.

**Parágrafo Único.** A proposta do orçamento da seguridade social contemplará também os recursos necessários à aplicação mínima em ações de serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000 e Lei Complementar nº 141/2012.

**Art. 36** Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:

I - recursos originários dos orçamentos do Município, transferências de recursos do Estado e da União decorrentes da execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivo a assistência e previdência social;

II - receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento da Seguridade Social.

**Seção III**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO**  
**ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E SUA LIMITAÇÃO**

**Art. 37** Com vistas ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas nos anexos desta Lei, os Poderes deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, cronograma de execução mensal de desembolso para o referido exercício, contemplando os limites por unidade orçamentária, detalhado no mínimo nos seguintes agrupamentos: Grupo de Natureza da Despesa e Fontes de Recursos.

**§ 1º** O Poder Executivo, no ato de que trata este artigo, publicará, ainda, as metas bimestrais de realização de receitas, desdobradas por categoria econômica e fontes.

**§ 2º** O Poder Legislativo, quando verificado pelo Poder Executivo que a realização da receita está aquém do previsto, também promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, adequando o cronograma de execução mensal de



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

desembolso ao fluxo efetivo da receita realizada, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 38** Ocorrendo a necessidade da limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas nos anexos que integram esta Lei, adotar-se-á os seguintes procedimentos:

I - definição, em separado, do percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades finalísticas, atividades de manutenção e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações fixadas inicialmente na Lei Orçamentária de 2020, em cada categoria de programação indicada, excluídas as dotações destinadas à execução de obrigações constitucionais e legais e ao pagamento de serviço da dívida;

II - o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, o montante da limitação de empenho e movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a reestimativa de receitas e despesas;

III - o Poder Legislativo, com base na comunicação referida no inciso anterior, publicará ato próprio, até o final do mês subsequente ao encerramento do bimestre pertinente, fixando os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira, para cada conjunto de categoria programática indicada no *caput* deste artigo;

IV - a limitação de empenho e movimentação financeira deverá ser efetuada observando-se a seguinte ordem decrescente:

- a) investimentos e inversões financeiras;
- b) as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios;
- c) outras despesas correntes.

**§ 1º** Caberá ao Órgão de Planejamento ou equivalente, no âmbito do Poder Executivo, analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, cuja execução poderá ser adiada sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**§ 2º** Caso ocorra a recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

**§ 3º** Se o Poder Legislativo não promover a limitação prevista no prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo fica autorizado a limitar os valores financeiros nos mesmos critérios estabelecidos para o Poder Executivo.

**Capítulo V**  
**DAS DISPOSIÇÕES DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 39** Projetos de Lei poderão ser elaborados no sentido de rever e atualizar a legislação tributária, e também visando modernizar a administração das finanças do Município e incrementar a arrecadação municipal.

**Art. 40** O incremento da receita tributária deverá ser buscado mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, da constante atualização do cadastro dos contribuintes e a execução permanente de programas de fiscalização.

**Capítulo VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 41** Das propostas orçamentárias dos Poderes Executivo e Legislativo constarão quadros demonstrativos do número de servidores bem como das respectivas despesas globais.

**Art. 42** As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais serão estimadas com base nas despesas executadas no mês de julho de 2019, projetadas para o exercício de 2020, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, observado, além da legislação pertinente em vigor, os limites previstos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 43** No exercício financeiro de 2020 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações de



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente.

**Parágrafo Único.** A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 44** As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra, que se referem à substituição de servidores e empregados, de acordo com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000, e aquelas referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado serão classificadas em dotação específica e computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal.

**§ 1º** Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que, não representando relação direta de emprego, preencham simultaneamente as seguintes condições:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

**§ 2º** Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão-de-obra para execução de serviços de limpeza, manutenção, vigilância e segurança patrimonial e outros de atividades-meio, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

**Art. 45** O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, realizar concurso público, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

**Parágrafo Único.** Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**Capítulo VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 46** A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com amortização e encargos da dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal nos termos dos contratos firmados.

**Art. 47** A administração da dívida pública municipal terá por prioridades a minimização dos custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

**Parágrafo Único.** A Secretaria de Finanças e Planejamento adotará as medidas necessárias para implantação de sistema de apuração de custos que possibilite o controle e acompanhamento dos gastos incorridos nas ações orçamentárias.

**Capítulo VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 48** Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**Art. 49** São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Parágrafo Único.** A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, efetivamente ocorridos sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

**Art. 50** Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais definidos pelo Governo Federal.

**Art. 51** Em cumprimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com outras esferas de governo, com vistas:





**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

I - ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II - a possibilitar o assessoramento técnico ao desenvolvimento das atividades econômicas e culturais do Município;

III - a utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e ou União;

IV - a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos e entidade de outras esferas de governo;

V - ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público com ou sem ônus para o município.

**Art. 52** Integram a presente Lei os seguintes anexos:

- Anexo I - Metas Fiscais
- Anexo II - Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Anexo III - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Anexo IV - Demonstrativo de Evolução do Patrimônio Líquido
- Anexo V - Demonstrativo de Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
- Anexo VI - Demonstrativo da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;
- Anexo VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
- Anexo VIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- Anexo IX - Riscos Fiscais
- Anexo X - Descritivo da Metodologia da Projeção das Metas Fiscais

**Parágrafo Único.** Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da elaboração do Projeto da Lei Orçamentária de 2020, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**Art. 53** Os Anexos da Lei do Plano Plurianual e desta Lei serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, assim como das transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

**Art. 54** Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2020 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante será executada até a edição da respectiva Lei Orçamentária, na forma originalmente encaminhada à Câmara Municipal, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

**Art. 55** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 56** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Riachão das Neves, em 16 de julho de 2019.

**MIGUEL CRISOSTOMO BORGES NETO**  
Prefeito



**Prefeitura Municipal de Riachão das  
Neves**  
Estado da Bahia

**ANEXO I: AÇÕES E METAS  
ADMINISTRATIVAS**

**ANEXO I**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**  
**PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

<b>PODER LEGISLATIVO</b>		
<b>PROGRAMA/MACROAÇÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>META%</b>
<b>1.Poder legislativo</b>	1.Manutenção das atividades do legislativo;	100
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
<b>SETOR/MACROAÇÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>META%</b>
<b>2.Gabinete do prefeito</b>	1.Garantir as condições administrativas as ações e demandas do Gabinete do Prefeito 2. Organizar o acesso do público que procura o prefeito 3. Organizar a interlocução do governo com o legislativo;	100 100 100
<b>3.Procuradoria</b>	1.Modernização e fortalecimento dos serviços dos processos do Sistema Jurídico Municipal, responsável pela defesa Judicial e Extrajudicial do Município;	100
<b>4.Coordenadoria de Controle Interno</b>	1.Apoio as atividades e programas do controle interno do município	100
<b>5.Secretaria municipal de Administração e Finanças</b> <b>PROGRAMA:</b> <b>Modernização da Gestão</b>	1. Modernização da gestão municipal; 2. Capacitação dos servidores 3. Implantar o planejamento estratégico, o monitoramento e avaliação do PPA; 4.Criar uma política de recursos humanos pela profissionalização do serviço público e pela valorização do funcionalismo;	25 100 100 100
	1.Reestruturar e reformar escolas da sede e da zona rural do município; 2.Adquirir, modernizar e ampliar o transporte escolar municipal; 3.Implantar brinquedoteca e parque infantil nas escolas;	100 100 100

<p><b>6.Secretaria Municipal de Educação</b></p> <p><b>PROGRAMA:</b> <b>Educação para um novo tempo</b></p>	4.Implementação de novas tecnologias no sistema municipal de educação;	60
	5.Construção de creche nas localidades de Cariparé e Entroncamento;	25
	6.Construção, reforma e ampliação de quadras poliesportivas;	50
	7.Reforma e ampliação de escolas de educação infantil;	100
	8.Construção de 05 salas para funcionamento de recursos multifuncionais;	100
	9.Adquirir recursos pedagógicos para salas de AEE e salas comuns para todas as unidades de ensino;	100
	10.Gestão das ações da secretaria de educação;	100
	11.Fortalecimento do ensino infantil e fundamental;	100
	12.Assegurar pelo menos 3 bibliotecas para escolas do município;	100
	13.Apoiar a fortalecer os programas educacionais, estaduais e federais	100
	24.Gestão de apoio ao ensino superior	100
	Melhoria e manutenção de creches	100
	25. Criar sistema informatizado de transferência escolar nas unidades de ensino;	100
26. Adquirir carros para serviço da Sec. de Educação.	100	
<p><b>7. Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo</b></p> <p><b>PROGRAMA:</b> <b>RIACHÃO MAIS CULTURAL</b></p>	1.Construção e equipamentos do centro cultural do município;	50
	2.Construção, reforma e ampliação de quadras poliesportivas	50
	3.Modernização e ampliação do estádio municipal;	50
	4.Construção do estádio no distrito de cariparé	50
	5.Apoio as atividades de cultura, esporte, lazer e turismo	10
	6.Gestão das ações de esporte e lazer	100
	7.Apoiar as festas culturais e religiosas	100
	8.Promoção das atividades de apoio ao resgate da filarmônica municipal	100
	Gestão das ações do fundo de cultura (fcba);	100
	9.Melhoria do parque da vaquejada;	100
10. . Construção da casa da cultura.	50	
	1.gestão das ações da secretaria saúde;	100
	2.Fundo municipal de saúde;	100
	3.Implantação do programa academia de saúde;	100
	4. Fortalecer o programa de melhorias habitacionais e controle de doença de chagas;	100
	5.Capacitação dos profissionais de saúde;	100
	6.Aquisição de unidade móvel de saúde;	100
	7. Ampliação, reforma e modernização das unidades de saúde do município;	100
	8.Ampliação e modernização do hospital municipal;	100

<p><b>8. Secretaria de Saúde</b></p> <p><b>PROGRAMA:</b></p> <p><b>Uma nova História na saúde de Riachão das Neves</b></p>	<p>9.Reequipamento das unidades de saúde do município;</p> <p>10.Construção e equipamento do caps e atendimento domiciliar;</p> <p>11.Capacitação dos profissionais da saúde;</p> <p>12.Apoio ao programa de agentes comunitários de saúde – ACS;</p> <p>13.Apoio ao programa saúde da família - PSF</p> <p>14.Apoio ao programa saúde bucal – sb;</p> <p>15. Fortalecer a Gestão das ações programa estaduais e federais de saúde;</p> <p>16.Manutenção do programa e ações do samu</p> <p>17.Manutenção e ampliação das ações de vigilância sanitária – pfvisa;</p> <p>18.Manutenção e ampliação das ações de vigilância e promoção saúde – pfvps;</p> <p>19.Manutenção do programa de assistência farmacêutica básica;</p> <p>20. Informatizar as unidades de saúde;</p> <p>21. Adquirir equipamentos para o laboratório municipal;</p> <p>22.Reativar o centro cirúrgico do hospital municipal;</p> <p>23. Fortalecer equipamentos e EPIs para ACS, ACE, SAMU, técnicos e operacionais.</p>	<p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p>
<p><b>9. Secretaria de Assistência Social e Habitação/Secretaria de Ação Social</b></p> <p><b>PROGRAMA:</b></p> <p><b>Riachão das Neves mais Solidária</b></p>	<p>1.capacitação dos profissionais da assistência social;</p> <p>2.Adesão ao programa nacional de habitação urbana e rural</p> <p>3.Gestão das ações da secretaria de ação social e habitação</p> <p>4.Gestão das ações do programa bolsa família – igd;</p> <p>5.Fortalecimento e Manutenção dos programas estaduais e federais;</p> <p>6.Gestão das ações do fundo municipal de assistência social;</p> <p>7.Apoio e manutenção dos programas sociais dos governos federal e estadual;</p> <p>8. Acompanhar pelo PAIF as famílias que apresenta vulnerabilidade social, além da insuficiência de renda 10%;</p> <p>10. Realizar cursos de capacitação profissional para usuários inscritos no CADúnico objetivando geração de renda e emprego;</p> <p>11. Aumentar o volume oficinas de orientação e preparação dos usuários para o mundo do trabalho.</p>	<p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p> <p>100</p>
	<p>1.Construção da orla do distrito de são josé do rio grande;</p> <p>2.Pavimentação de vias e logradouros públicos</p> <p>3.Pavimentação asfáltica no distrito de cariparé;</p> <p>4.Execução de obras de saneamento básico</p>	<p>100</p> <p>33</p> <p>100</p> <p>100</p>

<p><b>10.Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos</b></p> <p><b>PROGRAMA;</b></p> <p><b>Infraestrutura e Desenvolvimento</b></p>	urbano;	30
	5.Ampliação do sistema de abastecimento de água do distrito de entroncamento;	50
	6.Ampliação do sistema de abastecimento de água do distrito de barro do riacho;	25
	7.Ampliação do sistema de abastecimento de água do distrito de cariparé;	30
	8.Melhoria do sistema de eletrificação urbana e rural	30
	9.Construção e reforma de praças, parques e jardins;	30
	9.Modernização e reforma da garagem municipal;	30
	10.Execução de obras de saneamento básico rural;	30
	11.Modernização do sistema de iluminação pública urbana;	100
	12.Construção do novo cemitério da sede do município;	100
	13.Ampliação e reforma do cemitério da localidade de barra do riacho;	100
	14.Ampliação e reforma do cemitério do distrito de entroncamento;	100
	15.Construção, ampliação e reforma do cemitério da localidade de canudos	100
	16.Perfuração e instalação de poços artesianos (unidade);	100
	17.Construção / ampliação / recuperação de aguadas;	5
	18.Implantação de sistema de sinalização de trânsito nas vias e logradouros públicos;	50
	19.Reforma, ampliação e modernização do mercado municipal da sede do município;	100
	20.Pavimentação asfáltica no distrito de são José;	33
	21.Pavimentação asfáltica na sede do município e zona rural;	50
	22.Revitalização do riacho da barragem da localidade de soares;	33
	23.Gestão das ações da secretaria de infraestrutura e serviços públicos;	100
	24.Melhoria e manutenção de iluminação pública municipal;	100
	25.Melhoria dos serviços de abastecimento de água;	100
	26.Gestão de apoio às ações de segurança pública;	100
	27.Conservação, recuperação e manutenção de vias e logradouros públicos;	100
	28.Participação em consórcios públicos;	100
	29.Conservação das estradas vicinais do município;	100
	30. Construção de uma Praça na Praça do Fórum.	100
	31. Aquisição de uma perfuratriz	

<b>11. Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente</b> <b>PROGRAMA:</b> <b>Riachão produtivo e Sustentável</b>	1.Restruturação dos Associações;	100
	2.Restruturação da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;	100
	3.Apoiar e incentivar a agricultura familiar ;	100
	4.Gestão das ações da secretaria de agricultura desenvolvimento econômico e meio ambiente;	100
	5. Desenvolver programa de preservação e proteção do meio ambiente;	100
	6. Apoiar e incentivar aos projetos e programa de meio ambiente no município.	100
<b>12. Secretaria de Transportes</b>	1.Construção de terminal rodoviário no distrito de cariparé	100
	2.Construção / ampliação e recuperação das estradas vicinais do município	100
	3.Construção e reforma de pontes	100
	4.Construção de concreto na localidade de barra do riacho;	100
	5.Gestão das ações de secretaria de transportes;	100
	6.Melhoria do sistema viário	100





**Prefeitura Municipal de Riachão das  
Neves  
Estado da Bahia**

**ANEXO II: METAS FISCAIS**



**DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2020

Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		× 100	(b)		× 100	(c)		× 100
Receita Total	72.000.000,00	69.230.769,23	2,25%	74.160.000,00	68.666.666,67	0,022	76.384.800,00	65.797.915,41	22,87
Receitas Primárias (I)	72.000.000,00	69.230.769,23	2,25%	74.160.000,00	68.666.666,67	0,022	76.384.800,00	65.797.915,41	22,87
Despesa Total	72.000.000,00	69.230.769,23	2,25%	74.160.000,00	68.666.666,67	0,022	76.384.800,00	65.797.915,41	22,87
Despesas Primárias (II)	71.995.000,00	69.225.961,54	2,25%	74.154.850,00	68.661.898,15	0,022	76.379.495,50	65.793.346,11	22,87
Resultado Primário (III) = (I – II)	5.000,00	4.807,69	0,00%	5.150,00	4.768,52	0,000	5.304,50	4.569,30	0,00
Resultado Nominal	-896.099,93	-861.634,55	-0,03%	-922.982,93	-854.613,82	0,000	-302.272,52	-260.377,74	-0,09
Dívida Pública Consolidada	17.675.204,49	16.995.388,93	0,55%	18.205.460,62	16.856.907,99	0,005	17.846.824,00	15.373.265,57	5,34
Dívida Consolidada Líquida	15.796.368,47	15.188.815,84	0,55%	16.270.259,52	15.065.055,11	0,005	15.967.987,00	13.754.834,18	4,78
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

**LDO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES - 2020**

Lei Complementar nº 101 Art. 4º § 1º: Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

**LDO 2020 MUNICÍPIO DE SÃO DESIDÉRIO**

VARIÁVEIS	2020	2021	2022
PIB real (crescimento % anual)	3	3	3
Câmbio (R\$/US\$ – Final do Ano)	3,78	3,8	3,85
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,00	3,84	3,77
Índice de deflação calculado	1,040	1,080	1,1609
*Projeção do PIB do Estado - R\$	320.538.645.284,19	332.847.329.263,10	332.847.329.263,10
RCL	160.375.063,00	165.186.315	170.141.904

**DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

PREFEITURA DE RIACHÃO DAS NEVES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS



AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2020

AMR - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	Metas Realizadas 2018 (b)	% PIB(b/PIB)	%RCL(B/RCL)x100	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	61.700.000,00	60.557.147,28	0,0230%	101,08	-1.142.852,72	-185,23%
Receitas Primárias (I)	61.620.000,00	60.557.147,28	2,2983%	101,08	-1.062.852,72	-172,49%
Despesa Total	61.700.000,00	58.712.147,80	0,0219%	98,00	-2.987.852,20	-484,25%
Despesas Primárias (II)	61.615.000,00	58.712.147,80	0,0219%	98,00	-2.902.852,20	-471,13%
Resultado Primário (III) = (I-II)	5.000,00	1.844.999,48	0,0000%	3,08	1.839.999,48	36799,99
Resultado Nominal	(3.950.613)	-2.853.564,71	-0,0015%	-4,76	1.097.048,29	-2776,91%
Dívida Pública Consolidada	12.048.187	9.403.595,51	0,0045%	15,70	-2.644.591,13	-2195,01%
Dívida Consolidada Líquida	6.118.718	5.581.243,11	0,0023%	9,32	-537.475,16	-878,41%

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária –2017, SF, - considerando os seguintes parâmetros: inflação, crescimento econômico e método estimado por receita corrente líquida exercícios de MDF 2017, 2019,2020 e 2021

	2016	2017
PIB do Estado	260.431.244.000	268.107.264.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		59.912.242,07

**DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2020**



Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	60.557.147,28	66.053.569,30	0,09	72.000.000,00	1,09	74.160.000,00	3,00%	76.384.800,00	3,00%	78.676.344,00	3%	
Receitas Primárias (I)	60.557.147,28	66.053.569,30	1,09	72.000.000,00	1,09	74.160.000,00	3,00%	76.384.800,00	3,00%	78.676.344,00	3%	
Despesa Total	58.712.147,80	68.058.462,31	1,16	72.000.000,00	1,06	74.160.000,00	3,00%	76.384.800,00	3,00%	78.676.344,00	3%	
Despesas Primárias (II)	58.712.147,80	68.058.462,31	1,16	71.995.000,00	1,06	74.154.850,00	3,00%	76.379.495,50	3,00%	78.670.880,37	3%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.844.999,48	-2.004.893,01	-1,09	5.000,00	0,00	5.150,00	3,00%	5.304,50	3,00%	5.463,64	1,03	
Resultado Nominal	-2.853.564,71	11.111.225,29	-3,9	-896.099,93	0,08	-922.982,93	3,00%	-302.272,52	32,75%	-871.379,02	2,88	
Dívida Pública Consolidada	9.403.595,51	18.571.304,49	1,97	17.675.204,49	0,95	18.205.460,62	3,00%	17.846.824,00	(0,98)	16.975.444,00	-95,1%	
Dívida Consolidada Líquida	5.581.243,11	16.692.468,40	2,99	15.796.368,47	0,95	16.270.259,52	3,00%	15.967.987,00	(0,98)	15.096.607,98	-94,54%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	<b>63.161.105</b>	68.035.176,38	1,08	72.000.000,00	1,06	71.102.588,69	0,67	70.831.602,37	1,00	70.492.199,62	1,00	
Receitas Primárias (I)	<b>63.161.105</b>	68.035.176,38	1,08	72.000.000,00	1,06	71.102.588,69	0,67	70.831.602,37	1,00	70.492.199,62	1,00	
Despesa Total	<b>61.236.770</b>	70.100.216,18	1,14	72.000.000,00	1,03	71.102.588,69	0,67	70.831.602,37	1,00	70.492.199,62	1,00	
Despesas Primárias (II)	<b>61.236.770</b>	70.100.216,18	1,14	71.995.000,00	1,03	71.302.740,38	0,67	70.826.683,51	1,00	70.487.304,33	1,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	<b>1.924.334</b>	-2.065.039,80	-1,07	5.000,00	0,00	4.951,92	0,7%	4.918,86	0,99	4.895,29	1,00	
Resultado Nominal	<b>(2.976.268)</b>	11.444.562,05	-3,85	-1.396.873,98	-0,12	-887.483,58	-36,47	-280.297,22	-68,42	-780.735,62	-4,9	
Dívida Pública Consolidada	<b>9.807.950</b>	19.128.443,62	1,95	18.232.343,62	0,95	17.505.250,60	-3,99	16.549.354,60	-5,46	15.209.608,46	-8,90	
Dívida Consolidada Líquida	<b>5.821.237</b>	17.193.242,45	2,95	15.796.368,47	0,92	15.644.480,31	-1,0	14.807.109,61	-5,35	13.526.214,48	-91,35%	

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2016 a 2018, SF, LOA 2019 -projeção de receita em dados históricos de arrecadação e considerando os seguintes parâmetros: inflação, crescimento econômico e método MDF 2017, estimado por receita/natureza dos exercícios de 2020,2021 e 2022

**Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes**

	ÍNDICE DE INFLAÇÃO					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IPC	<b>2,90%</b>	<b>3,50%</b>	<b>3,00%</b>	<b>4,00%</b>	<b>3,84%</b>	<b>3,77%</b>
MDF 2017	1,035	1,043	1,030	1,040	1,0784	1,1161



**DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	7.853.774,26		3.964.058,32		6.383.378,04	
Reservas	76.783.679,80		74.722.947,29		68.061.034,87	
Resultado Acumulado	84.637.454,00		70.758.888,97		61.677.656,03	
<b>TOTAL</b>	<b>7.928.116,64</b>	<b>0,00%</b>	<b>8.766.756,88</b>	<b>0,00%</b>	<b>12.766.756,88</b>	<b>0,00%</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>

**O MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME  
PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO**

Ido 2019 MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES



**DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

RS 1,00

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>2018 (a)</b>	<b>2017 (b)</b>	<b>2016 (c)</b>
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	<b>2018 (d)</b>	<b>2017 (e)</b>	<b>2016 (f)</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>2018 (g) = ((Ia - II d) + III h)</b>	<b>2017 (h) = ((Ib - II e) + III i)</b>	<b>2016 (i) = (Ic - II f)</b>
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

LDO 2020 MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES



**6 - DEMONSTRATIVO 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE**

PREFEITURA DE RIACHÃO DAS NEVES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a") R\$ 1,00

<u>RECEITAS</u>	2016	2017	2018
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00		
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00		
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Cobertura de Déficit Atuarial			
Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>			
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			

LDO 2020 MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES

Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

LDO 2020 MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES



**- DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

PREFEITURA MUNICIPAL RIACHÃO DAS NEVES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
2019

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
			SEM MOVIMENTO			
<b>TOTAL</b>						-

LDO 2019 MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES





**DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

PREFEITURA DE RIACHÃO DAS NEVES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

RS 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	

LDO 2020 - MUNICÍPIO DE RIACHÃO DAS NEVES

Lei complementar nº101/00 Art. 4º §2º, inciso V

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.



**Prefeitura Municipal de Riachão das  
Neves**  
Estado da Bahia

**ANEXO III: RISCOS FISCAIS**



**ANEXO III- DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	<b>Os Riscos fiscais e passivos contingentes apresentados possuem mensuração imprecisa e de grande complexidade, desta forma justifica-se a não apresentação de valores neste campo.</b>	Estes passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar as contas públicas do município previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, só poderão ser atendidos através da Reserva de Contingência, consignada à Lei Orçamentária do exercício.	Valor da Dotação orçamentária consignada para a reserva de contingência na lei Orçamentária anual de 2018.
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>			
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>			
<b>TOTAL</b>			

**Lei Complementar nº 101/00 Art. 4º § 3º: LDO 2020 RIACHÃO DAS NEVES**

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.



**Prefeitura Municipal de Riachão das Neves**  
**Estado da Bahia**

**LDO 2020**

**Demonstrativo IX**

**Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais**

(Artigo 4º, Parágrafo 2º, inciso II, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000)

Baseado nos pressupostos técnicos exigidos pelo art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e em conformidade com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, elaborado e publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram adotados os devidos critérios para que o estabelecimento das metas fiscais do município contemplasse as perspectivas reais de arrecadação e aplicação de recursos da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2020 e os dois exercícios financeiros subsequentes.

A metodologia de cálculo utilizada para a demonstração das metas anuais para o período que compreende os anos de 2020, 2021 e 2022, levou em consideração as receitas realizadas durante os exercícios de 2016, 2017 e 2018, bem como a projetada até o final do ano em evidência.

Foram acolhidos para correção das distorções de valores, dentro do cenário macroeconômico, o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, o Produto Interno Bruto da União e o Produto Interno Bruto do Estado. Utiliza-se para os anos de 2019, 2020, 2021 respectivamente:

- I. Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA: 4,0%, 3,84% e 3,77%;
- II. Produto Interno Bruto da União – PIB União: 3%, 3% e 3%;
- III. Produto Interno Bruto do Estado – PIB Estado: 1,2%, 1,2% e 1%;

As aplicações dos métodos de projeção levam em consideração a oscilação das receitas que compreendem o período de 2017 a 2018, sendo aplicada nestas a correção com base no respectivo índice de preço. Além disso, a título de corrigir a distorção proveniente do crescimento dos PIB's da União e do Estado e os seus impactos em suas principais transferências, foram utilizadas a incidência percentual do PIB da União nas transferências correntes, precisamente na Cota Parte do FPM e ICMS Exportação, e a incidência percentual do PIB do Estado nas Cotas Partes do ICMS e IPI sobre Exportação.



**Prefeitura Municipal de Riachão das Neves**  
**Estado da Bahia**

Para as receitas que durante os três anos da série histórica se apresentaram com crescimento linear, foram aplicadas projeções estatísticas com base na tendência para o exercício a que se refere à LDO e para os dois subsequentes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES  
ESTADO DA BAHIA**

**CNPJ 14.100.747/0001-26  
Praça Municipal, 27 – Centro.  
CEP 47970-000 - Riachão das Neves/BA**

**LEI ORDINÁRIA Nº 683 / 2019, DE 16 DE JULHO DE 2019**

“Autoriza o Poder Executivo Municipal, proceder, ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de **RIACHÃO DAS NEVES, ESTADO DA BAHIA** para o exercício financeiro de 2019, a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de **R\$ 465.000,00** (Quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), na forma que indica e dá outras providências”.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município, no valor global de **R\$465.000,00** (Quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), que será consignado à estrutura de custos abaixo especificadas:

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.09.000 - SEC. DE INFRAESTR. E SERV. PÚBLICOS**

ACRÉSCIMOS / CLASSIFICAÇÃO					
INSTITUCIONAL	PROGRAMÁTICA PROJETO/ATIVIDADE (CÓD.DENOMINAÇÃO)		ECONÔMICA	FONTE	VALOR
ORGÃO/SECRETARIA/ UNIDADE	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO			
<b>02.09.000 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SEREVIÇOS PÚBLICOS</b>	<b>15.451.005.1.038</b>	<b>PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS</b>	<b>4.4.90.51.00</b>	<b>30</b>	<b>465.000,00</b>
			TOTAL		<b>465.000,00</b>
<b>FONTE:</b>				<b>30-FIES</b>	
<b>TOTAL / ACRÉSCIMOS</b>			<b>465.000,00</b>		



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES**  
**ESTADO DA BAHIA**  
**CNPJ 14.100.747/0001-26**  
**Praça Municipal, 27 – Centro.**  
**CEP 47970-000 - Riachão das Neves/BA**

**Art. 2º** Os recursos disponíveis decorrentes para atender a abertura do presente Crédito Adicional Especial, correrão à conta da anulação parcial das dotações abaixo relacionadas:

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.09.000 - SEC. DE INFRAESTR. E SERV. PÚBLICOS**

ANULAÇÃO / CLASSIFICAÇÃO					
INSTITUCIONAL	PROGRAMÁTICA PROJETO/ATIVIDADE (CÓD.DENOMINAÇÃO)		ECONÔMICA	FONTE	VALOR
ORGÃO/SECRETARIA/ UNIDADE	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO			
02.09.000 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SEREVIÇOS PÚBLICOS	15.452.005.2.045	GESTÃO DAS AÇÕES DE CONSERV, REC, E MANUT. DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	3.3.90.39.00	00	95.000,00
			4.4.90.51.00	00	95.000,00
	17.511.005.1.058	PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	4.4.90.51.00	00	275.000,00
			TOTAL		465.000,00
<b>TOTAL / ANULAÇÃO</b>			<b>465.000,00</b>		

**Art. 3º** - Ficam alterados e atualizados os Anexos do Plano Plurianual 2018/2021, das Diretrizes Orçamentárias / 2019 e do Orçamento para o exercício de 2019, aprovados pelas Leis nº 651/2017, 665/2018 e 671/2018, respectivamente, em decorrência do Crédito Especial autorizado nesta Lei.

**Art. 4º** - Fica a contabilidade municipal autorizada a efetuar os registros necessários à execução desta Lei.

**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 DE JULHO DE 2019**

**MIGUEL CRISOSTOMO BORGES NETO**

PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES  
ESTADO DA BAHIA**

**CNPJ 14.100.747/0001-26  
Praça Municipal, 27 – Centro  
CEP 47970-000 - Riachão das Neves/BA**

**LEI ORDINÁRIA Nº 684/2019, DE 16 DE JULHO DE 2019.**

*“Denomina Avenida Eduardo Antônio da Cunha a Avenida que se inicia na Rua que vai para o Ginásio Municipal, onde também finda a Avenida Santos Dumont, segundo em direção ao Parque de Vaquejada Antônio Torres Borges, homenageando o falecido munícipe”.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES, ESTADO DA BAHIA**, usando das atribuições legais prevista na Lei Orgânica, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Riachão das Neves aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º - Fica denominada Avenida Eduardo Antônio da Cunha a Avenida que se inicia na Rua que vai para o Ginásio Municipal, onde também finda a Avenida Santos Dumont, segundo em direção ao Parque de Vaquejada Antônio Torres Borges.**

**Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

Riachão das Neves- BA, em 16 de julho de 2019.

**MIGUEL CRISÓSTOMO BORGES NETO**

Prefeito Municipal